

HIGIENE MENTAL, EDUCAÇÃO E ORDEM SOCIAL: A NORMALIZAÇÃO DA CRIANÇA E A DIMENSÃO BIOPOLÍTICA

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Professor do Departamento de Filosofia da UFRN

Membro do grupo de pesquisa Fundamentos da Educação e Práticas Culturais

E-mail: gpfe@ufrnet.br

RESUMO

Este trabalho tem por horizonte temático a influência do movimento higienista na educação, em específico, da Higiene Mental na concepção da criança na década de 1920 no Brasil. Investiga a relação da educação com o movimento higienista no âmbito da configuração histórica dos princípios da pedagogia moderna, da proposta de uma formação integral – física, intelectual e moral – da criança e da construção de um modelo científico de infância que passa a ser objeto de dispositivos médicos-biológicos a partir da Higiene Mental. Analisa a relação entre esta última e a ordem social, através do movimento de normalização da criança pelas práticas pedagógicas, na produção dos dispositivos de poder-saber como forma de apreensão e conhecimento do ser vivo simultâneo a sua produção social. Investiga a superposição dos saberes da Higiene Mental e da Ciência da Educação no modo de apreensão e conhecimento da criança pelas práticas normalizadoras do corpo e da subjetividade na sua conformação como sujeito social. Examina a literatura da época e tem por objetivo mostrar como a Higiene Mental configura uma matriz biopolítica no campo da educação.

Palavras-chave: Higiene Mental. Educação. Criança. Normalização. Biopolítica.

ABSTRACT

This paper has as scope the influence of the hygienist movement on education, focusing 1920 childhood mental hygiene conceptions in Brazil. It explores the relationship between education and the hygienist movement, in the historic configuration of the origins of modern pedagogy, this is, the proposal of an integral -- physical, moral, intellectual -- formation of childhood, through the medical and biological /dispositifs/ of mental hygiene. It analyses the relationship between mental hygiene and social order, focusing the movement of normalization of childhood through the pedagogical practices, this is, through the production of power-knowledge /dispositifs/ as forms of apprehension and knowledge of the living being -- simultaneously to its social production. It also explores the superposition of the knowledge of Mental Hygiene and Education Science in the apprehension and knowledge of childhood through normalization practices (of the body and the subjectivity) that inform the social subject. Analyzing the literature of the time, it aims to show how Mental Hygiene configures a bio-political matrix on the educational field.

Key-words: Mental Hygiene. Education. Childhood. Normalization. Biopolitics.

1 HIGIENE MENTAL E ORDEM SOCIAL

A conformação do movimento higienista entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX (SEVCENKO, 2001) situa-se no mesmo quadro histórico do movimento a favor da infância verificado nesse período (UJIIE; PIETROBON, 2008). Articulados em torno de um projeto civilizatório que perpassa o final do Império e a consolidação da ordem republicana, ambos os movimentos constituem o marco de consolidação de uma perspectiva biopolítica no Brasil, caracterizada pelas propostas de intervenção na vida social, regulação dos indivíduos e gestão da população.

O progressivo fim da escravidão e abandono da população negra, o aumento do fluxo da imigração, a mudança da ordem social, a conseqüente afirmação do projeto republicano, o surto industrial, a exploração do trabalho infantil e feminino, o processo de urbanização e o inchaço das capitais são fatores que descrevem as condições comuns ao desenvolvimento histórico do movimento higienista (WISSENBACH, 2001) e ao movimento a favor da infância (KUHLMANN JR, 1998) no período entre o fim do século XIX e início do século XX. De tal modo que, estes fatores constituem um quadro época, cujo centro das preocupações é espectro de ameaças que circundam a ordem social, naquilo que lhe caracteriza as suas bases de sustentação postas em risco e, simultaneamente, expostas a necessidade de uma resposta ao perigo eminente.

A ordem modernizadora se coloca o desafio do ideal civilizatório, de uma transformação da sociedade, associado ao significado da infância estabelecido na confluência dos discursos médico e educacional, em torno de uma promessa de futuro. A infância se justapõe a idéia de progresso ao mesmo tempo em que expressa uma via de realização do processo civilizatório, através da figura da criança sobreposta aquela do cidadão modelo, do adulto fisiologicamente saudável, com formação moral sólida, trabalhador disciplinado e cumpridor dos seus deveres para com a nação e a sociedade.

Assim, a constituição do discurso higienista como expressão de um movimento social heterogêneo (GÓIS JR, 2002) composto por médicos, engenheiros, literatos e educadores das mais diferentes tendências e orientações, marca a sua unidade no plano da efetividade do discurso, de uma proposta de intervenção que tem a criança como principal objeto e ressalta a importância da sua formação.

Nesta medida, é a partir de uma demanda da ordem social, substancializada pelo discurso médico nas dimensões anátomo-fisiológica, cognitiva e psíquica, que a proposta higienista se associa ao pensamento educacional, em torno da formação física, intelectual e moral do cidadão, através das práticas educativas e da perspectiva pedagógica infância. O que se delineia historicamente no movimento de escolarização, na concepção de escola como espaço privilegiado de formação, nas primeiras décadas do século XX.

O Higienismo, como quadro de normalização da criança que se coloca o horizonte do futuro cidadão e do futuro da nação, se caracteriza por um conjunto de propostas, que tem o seu referencial nos saberes médicos, especificamente na gestão da vida da população no que diz respeito à prevenção da saúde física e mental da espécie humana em áreas como habitação, alimentação, procriação, saneamento e educação. Assim, a normalização da infância delineada na confluência dos discursos médico e pedagógico, já na segunda metade do século XIX, estabelece os elementos de constituição da Higiene Mental no quadro de configuração da biopolítica no início do século XX.

A biopolítica (FOUCAULT, 1994a; 1994b) designa uma forma específica de exercício do poder, estabelecida entre o final do século XVIII e o início do século XIX, que se ocupará da saúde, da higiene, da sexualidade, da alimentação etc., enquanto preocupações que se tornaram políticas, expressas numa “grande medicina social”, aplicada ao governo da população e que tem

a própria vida por objeto. A biopolítica corresponde ao horizonte mais amplo das propostas e formas de intervenção higienistas defendidas no Brasil, que se verifica; de um lado, na responsabilidade governamental pela saúde pública na reforma sanitária das primeiras décadas republicanas (HOCHMAN, 2006); e por outro, no destaque dado ao papel civilizatório da educação como instrumento de normalização do “organismo social” (HERCHMANN; KROPF; NUNES, 1996) no mesmo período.

A circunscrição da infância no contexto biopolítico da normalização do indivíduo, da higienização da população e da profilaxia social dá-se, em torno do século XIX, a partir do quadro de pressupostos da concepção pedagógica, da natureza maleável da criança e da influência do meio na sua formação. A visão de que a mente integra parte do corpo ou um conjunto de faculdades operando em constantes adaptações, revela a idéia de formação da criança como uma resposta aos estímulos do meio (JAMES, 1994). Associada aos diferentes contextos do desenvolvimento orgânico, cognitivo e moral da criança, esta compreensão de formação sobrepõe-se a estratificação da dinâmica social que modula a concepção pedagógica da infância, de acordo com os referenciais que lhe servem de suporte, tal como se encontra nas publicações médicas do final do século XIX, seja em torno do tema da criança no trabalho ou no ambiente escolar (MORAES, 2004).

É, portanto, nesse contexto de uma biopolítica higienista da ordem republicana que a “produção de um corpo forte e de um espírito sadio” (ROCHA; GONDRA, 2002, p. 508) estabelece no âmbito de normalização da criança os elementos da Higiene Mental que se relacionam com a prática pedagógica escolar. Tais elementos constituem um conjunto de pressupostos de investigação da natureza como o estabelecimento de critérios de distinção entre o caráter normal e o patológico da infância; a construção de padrões e modelos de conduta sobre os eixos físico, intelectual e moral; e, finalmente, a produção do conhecimento do corpo e da alma da criança.

Assim, a normalização da criança delineada no espaço da escola, com a institucionalização da inspeção médica, no início do século XX (ROCHA, 2004), esboça no campo de intervenção da Higiene Mental, a confluência de dois elementos presentes nos discursos médico e pedagógico da segunda metade do século XIX. De um lado, a medicalização das instituições: Hospital, Cemitério, Escola, Quartel, Prisão, Bordel, Fábrica etc. (MACHADO, 1978); e, de outro, a patologização do comportamento, com a subordinação da trindade pedagógica da formação da criança – educação física, intelectual e moral – ao olhar médico (GONDRA, 2000; 2004). A Higiene Mental, sob o aspecto específico de intervenção do discurso médico no delineamento das práticas pedagógicas, demarca na sua configuração esses diferentes elementos em torno de um campo, no qual já se encontra esboçada uma perspectiva patologizante do comportamento. E, em paralelo a esta, o exame das condutas, estabelecido a partir do conjunto de relações entre as matrizes médico-científica e científico-pedagógica.

2 A MATRIZ MÉDICO-CIENTÍFICA

A emergência da Medicina Social e da Psiquiatria na primeira metade do século XIX (MACHADO, 1978) delineia a matriz histórica da conformação da Higiene Mental como uma “ideologia científica” (CANGUILHEM, 1980) que se estabelece no quadro histórico de um novo tipo de saber médico voltado para a dimensão social e de um ramo médico centrado no comportamento dos indivíduos. Com um caráter ideológico que se define na prática de superposição de diferentes saberes com base científica a Higiene Mental consubstancia o seu campo como um desdobramento do Higienismo na sua busca de um estatuto científico como um

saber médico. Assim, a interseção da Medicina Social e da Psiquiatria na conformação da perspectiva higienista em fins do século XIX e início do XX, demarca o espaço de configuração da Higiene Mental na ordem dos saberes médicos e dos pressupostos da concepção higienista em geral.

A perspectiva de uma medicina que define os seus limites além da fronteira do organismo caracteriza a emergência da Medicina Social e marca uma transformação radical do saber médico no deslocamento do seu objeto da clínica para a população, da cura para a prevenção. A relação entre o natural e o social superpõe os diferentes níveis, individual e coletivo, nas práticas de inventário e esquadramento dos indivíduos circunscritos nas coordenadas espaços-temporais, de um saber anônimo extraído dos doentes, a partir da presença institucional da medicina na sociedade. E, mais do que uma simples justaposição, o natural conduz necessariamente ao social, na figura do homem como objeto médico fundamental no contexto de um sujeito coletivo e anônimo, de uma individualidade irreconhecível, identificada como um conjunto de observações qualificadas no exercício da medicina em hospitais, clínicas, consultas privadas ou viagens médicas, retomadas e analisadas no nível mais geral das sociedades, faculdades, revistas e jornais de medicina.

As superposições do natural e do social, do individual e do coletivo caracterizam os parâmetros epistêmicos sobre os quais a Higiene Mental articula-se como uma prática de intervenção do saber médico fundado na Medicina Social. O modelo de regulação médica das populações e a medicalização das instituições sociais salientam dois aspectos centrais da configuração da Higiene Mental como forma de saber. São eles: a normalização com a inserção do indivíduo no campo social; e a instrumentalização da ordem social no âmbito das instituições.

A inserção do indivíduo no corpo social revela a superposição deste último com o corpo individual como pressuposto da normalização. O que se dá nas formas discursivas e práticas dos dispositivos, sob a perspectiva de análise do conjunto de condições de uma formação saudável do homem ou do indivíduo como cidadão, em específico na sua forma singular, homogeneizada como uma célula do corpo social. E se encontra registrado no Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1831, p. 36):

Agora que a nossa Câmara Municipal, livre dos tropeços de um governo absoluto, deseja ilustrar-se sobre o que é conveniente à melhor saúde de seu município, recorrendo à nossa sociedade e adotando os conselhos que a benfazeja medicina daqui lhes envia [...], pois cooperando para que o homem se assegure da posse da saúde e vigor, eles alongam os limites da sua existência, tornam mais ampla a sua reprodução, e dão mais atividade e retidão à sua moral, donde provém aumento da longevidade, acréscimo de população, melhora dos costumes privados e da moral pública.

Articulada em torno do pressuposto de intervenção do saber médico, a Higiene Mental serve do mesmo modo a instrumentalização da ordem social, no âmbito da regulação médica de instituições como o hospital, o quartel, a fábrica, a prisão, o bordel e, nesse caso, a escola tanto no que diz respeito ao seu modelo de funcionamento, quanto às condições e processos circunscritos a formação da criança como objeto de ação institucional. Assinala o registro do médico e romancista Manoel Antonio de Almeida na descrição da “escola do tempo do Rei” em seu livro *Memórias de um Sargento de Milícias*, na passagem em que o barbeiro vai com seu afilhado a um estabelecimento de ensino:

falar com o mestre para receber o pequeno; morava este numa casa da Rua da Vala, pequena e escura. Foi o barbeiro recebido na sala, que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho, sujos já pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior, onde escreviam os discípulos toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros [...] Era este homem todo em proporções infinitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo; usava óculos, tinha pretensões latinistas, e dava bolo nos discípulos por dá cá aquela palha [...] o menor erro que algum discípulo cometia não lhe escapava no meio de todo o barulho; fazia parar o canto chamava o infeliz, emendava cantando o erro cometido, e cascava pelo menos seis puxados bolos (ALMEIDA, 1855, p. 82-83).

Por sua vez, a perspectiva do comportamento também se traduz noutra matriz da Higiene Mental, a partir da emergência da Psiquiatria como uma ciência específica no espaço de configuração dos saberes médicos. O que revela um simultâneo deslocamento no quadro epistêmico do eixo fisiológico para o mental e uma sobreposição deste último com o plano moral dos valores sociais. De tal modo que, o processo de constituição da Psiquiatria no Brasil revela dois regimes epistêmicos: um fundado na Teoria dos Humores do século XVII, e outro oriundo das formulações de Pinel e Esquirol no século XIX, que são reproduzidas nas primeiras teses sobre alienação mental apresentadas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (MACHADO, 1978).

A loucura inscrita na ordem do delírio demarca na Teoria dos Humores a continuidade do saber médico no quadro geral das doenças e seus sintomas fisiológicos. Nada há mais do que o elemento orgânico no comportamento, tal como aparece enunciado no manuscrito do médico Simão Pinheiro Morão em 1677 (1954, p. 169): “humores ou vapores se levantam das veias, ou do estomago, da madre, ou do fígado, do baço ou de outra qualquer parte do nosso corpo à cabeça, e nela fazem a ofensa referida, e após ela os delírios...”.

Inversamente, a classificação por Esquirol (1838) dos tipos de doença mental e a coexistência entre o normal e o patológico no interior da inteligência marca o deslocamento da circunscrição orgânica da loucura para o plano moral. Sintomas como desregramento, perversão, desordem afetiva e das paixões não implicam necessariamente numa lesão ou perda de inteligência, situando-se num nível comportamental que diz respeito aos padrões morais de ação aceitáveis para o indivíduo em sociedade. Assim, além da carência de ajuste entre a razão e a vontade, característica da conduta normal, a loucura prescreve como objeto médico os limites da normalidade, a partir da regulação do caráter moral que a inscreve na categoria das condutas anormais. Cabe ao saber médico, enquanto autoridade social, distinguir o normal e o patológico, como também a verdade da loucura e a sua simulação.

Superpondo a saúde mental e o plano moral das ações no quadro dos valores sociais a Psiquiatria empresta à Higiene Mental a legitimidade do olhar médico sobre as instituições. Isto que na escola aparece como operador da avaliação física e moral, a partir das bipolaridades: natural/social, mental/moral, normal/patológico, ordem/desordem e individual/coletivo, onde os critérios médicos não se restringem ao espaço da enfermaria senão atravessam toda instituição.

A Psiquiatria também se refere o aporte do corpo como eixo biológico do comportamento naquilo que tange à Higiene Mental como instrumento de prevenção da disfunção e desordem do corpo refletido no social. Exemplo disso encontra-se no exame do onanismo, em torno da importância da observação médica como medida preventiva e profilática no âmbito escolar, tal como atesta esta passagem da tese de José Bonifácio Caldeira de Andrade Junior (1855, p. 30) onde prevenção e “investigação deverão ser postos em prática a fim de surpreender-se o segredo, em geral difícil de ser ocultado aos olhos do observador perspicaz e, descoberto este, restará

empregar os meios que a razão nos dita e que a ciência nos aconselha para desenraizarmos o mal”.

Em síntese, as matrizes da Higiene Mental correspondem os pressupostos do pensamento médico-higienista de gestão da vida e preservação da saúde humana, prevenção de doenças e profilaxia social, todos articulados em torno de um padrão de normalidade, a partir de um modelo de distinção entre normal e patológico, estabelecido nas diferentes instâncias de relação do indivíduo com o meio, onde a figura da criança aparece como objeto médico privilegiado.

A Higiene Mental abre a possibilidade de, a partir da observação do desvio, estabelecer a norma e promove-la na prática, articulando os desenvolvimentos do indivíduo e da sociedade no plano da evolução progressiva da barbárie à civilização, através da categoria central de paixão. Esta configura em torno de si uma dimensão normalizadora, na medida em que o indivíduo se constitui na vida e nas relações sociais como sujeito de paixões, as quais a vida em sociedade lhe assegura o exercício regulado de sua atividade.

Com isto, a Higiene Mental aponta para o controle positivo da vida da criança no espaço próprio da sua constituição, através da escola como uma instituição especializada, dedicada a formação e medicalizada, dada a sua importância para a sociedade, cujo progresso depende do desenvolvimento de cada indivíduo. Eixo sobre o qual operam os dispositivos de normalização, a interpretação da paixão como categoria científica e a demarcação do campo de intervenção da Higiene Mental na escola, a formação do indivíduo e a constituição da sua subjetividade, identifica na infância – no espírito e no corpo da criança – o objeto privilegiado da educação.

3 A MATRIZ CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA

A criança como objeto privilegiado da educação se inscreve no campo de elaboração das matrizes científico-pedagógicas que demarcam a Psicologia como um saber constituinte da Educação entre os séculos XIX e XX nas mais diferentes formulações; seja na concepção de uma “pedagogia geral” (HERBAT, s.d), na formulação de uma “pedagogia experimental” (CLAPAREDE, 1911) ou ainda na proposta pragmática de educação (DEWEY, 1959) entre outras. Entretanto, comum a esta literatura de diferentes linhagens destaca-se a importância dada à inter-relação dos padrões cognitivos e comportamentais na delimitação da natureza da criança sob a dupla dimensão do corpo, das funções bio-fisiológicas; e do espírito, da atividade bio-psíquica.

A legitimação de um novo tipo de saber pedagógico em torno da criança demarca o espaço da escola no quadro de época de um modelo “moderno, experimental e científico” (CARVALHO, 1997, p. 269) que se verifica no Brasil, no processo de escolarização e higienização da infância nas primeiras décadas do século XX. A proliferação dos Laboratórios de Pedagogia e dos Gabinetes de Psicologia desenha todo um quadro histórico nas décadas de 1910 e 1920 que situa a proposta da Higiene Mental no campo da conformação científica da Educação.

Definida a partir de um conjunto de saberes, a infância delimita a criança como objeto de estudo e formação pedagógica, a partir da concepção de uma natureza plástica, moldável, a qual lhe dá um significado universal. E, como condição de intervenção higiênico-educacional, a natureza infantil, institui os padrões de normalidade para a criança no espaço de produção dos dispositivos próprios ao modelo escolar. A constituição de um parâmetro normal para a criança corresponde à instituição da perspectiva universal da distinção médica entre normal e patológico, em termos da infância tratada sob a ótica das práticas pedagógicas. O eixo corpo-mente desloca o binômio: saúde e educação para o horizonte tridimensional da prática pedagógica, do

diagnóstico e do modelo de formação infantil, centrado nos elementos biológicos, psicológicos e sociais, em torno da proposta de educação física, intelectual e moral.

A infância como objeto do pensamento higienista, caracteriza uma fratura da figura da criança através de duas operações: uma que discrimina a criança da infância como um conceito científico universal, delimitado pelas suas características específicas; e outra, que identifica criança e infância, definindo-as negativamente no plano concreto da constatação de um conjunto de carências físicas, intelectuais e morais em relação aos adultos (NARODOWSKI, 2001). Posta sob a ótica científica da infância, a figura da criança não é a do indivíduo singular, mas antes, a de uma forma de apreensão e conhecimento do ser vivo simultâneo a sua produção social. Isto é, ela se caracteriza pela materialização dos dispositivos de saber sobre a vida, através do regime epistemológico das práticas de esquadramento, de observação e análise que se seguem às discriminações etárias e institucionais.

A Ciência da Educação constitui um dispositivo ou uma formação estratégica do poder na ordem do saber pedagógico que pode ser descrito como uma rede de elementos heterogêneos: discursos, organizações arquitetônicas, regulamentos, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais; aos quais se associam as matrizes da Higiene Mental sob a perspectiva da normalização. A relação da Higiene Mental com a normalização se delinea no campo das práticas pedagógicas e de subjetivação da criança, em torno da fabricação do universal infância que opera a apreensão da sua multiplicidade e o conhecimento das suas singularidades, enquanto uma produção dos dispositivos de poder-saber sobre um modelo científico. Assim, a Higiene Mental possibilita à Ciência da Educação acesso ao corpo e a alma infantil, tornando-os visíveis e manipuláveis a partir de uma dissecação sistemática do educando, como uma operação capaz formar o caráter da criança e levá-la a incorporar voluntariamente as regras sociais naturalizadas pela via da normalização.

A crença inabalável na modelagem pedagógica da natureza infantil pelos processos escolares delimita um espaço comum entre a Higiene Mental e a Ciência da Educação que garante à normalização um dispositivo de regulação da vida biológica ao nível social. A Higiene Mental assegura uma estratégia de intervenção para a infância enquanto “um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente toda a existência das crianças” (ROCHA, 2003, p. 40), ao mesmo tempo em que possibilita a Ciência da Educação uma legitimação científica para as práticas pedagógicas, nas quais a seqüência dos enunciados corresponde às diferentes etapas e aspectos da criança compreendida no percurso da formação escolar.

A superposição dos planos de formação da criança pelo hábito e de uma formação da consciência na criança marca o ponto de intercessão entre as práticas higienistas e escolares que delineiam a Higiene Mental como uma estratégia de normalização do corpo e da alma, enquanto um modo de subjetivação da consciência ao habituar a criança a ver por si mesma. O que, estabelece uma gramática do controle entre as práticas de modelagem e a modalização das práticas e da vivência da criança na condição escolar.

A investida da Higiene Mental sobre a totalidade da vida da criança, através dos procedimentos de observação, detalhamento e controle da conduta, delimita no espaço escolar as condições para que se opere a transformação da criança em sujeito. Assim, a escola se constitui no lugar de produção do saber sobre a infância e esta passa ser objeto de construção daquela, enquanto um conjunto de dispositivos discursivos e práticos, dispostos em torno de um olhar que tudo conhece e dá a criança o conhecimento de si.

A função da Higiene Mental na intersecção das perspectivas médica e pedagógica na formação da criança, traduzida na proposta de transformação do modo de vida, ressalta o papel da instituição escolar no processo de normalização social. A profilaxia da criança cabe o

processo de higienização social, da infância regida pelos dispositivos e práticas que caracterizam a formação do cidadão-trabalhador e a eliminação dos riscos ao desenvolvimento civilizatório.

Objeto privilegiado da prática pedagógica, a formação da criança traduz o “devaneio intervencionista” de que “ciência e Estado, de mãos dadas, realizem um trabalho profilático (melhor seria dizer político) de formação de cidadãos de caráter” (REIS, 2000, p. 25). Assim, o caráter profilático da Higiene Mental na escola se associa aos elementos da segurança e da prevenção social, a partir da perspectiva da criança considerada como pré-cidadão, permitindo identificar os dispositivos normalizadores: reconhecimento, localização, diagnóstico e segregação, no quadro das práticas pedagógicas respaldadas pelo modelo médico-biológico da distinção entre o normal e o patológico.

4 EDUCAÇÃO, HIGIENE MENTAL E NORMALIZAÇÃO DA CRIANÇA

A inter-relação das perspectivas médicas e pedagógicas na formação da criança cria uma ordem de documentos materializados em torno da infância, a exemplo da tese de “Higiene Mental e Educação” do médico potiguar Luis Antonio Lima (1927), onde se encontram descritos pressupostos e procedimentos das práticas da normalização escolar. Neste trabalho a infância, problematizada no nível médico-biológico, se associa às práticas auxiliares de formação pedagógica que sobrepõem às condições de saúde a perspectiva da boa constituição física, intelectual e moral da criança como futuro cidadão.

A tese, aprovada com distinção para a cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, encontra-se dividida em dois capítulos: “Generalidades” e “Iniciativas Práticas”, além das “Conclusões” (Lima, 1927, p. 5; p. 132; p. 173). O conteúdo da tese obedece ao esquema teórico-prático de um saber sem estatuto epistemológico próprio, e desde logo caracteriza a sua proposta pedagógica pela aplicabilidade técnica da Higiene Mental nas suas formas específicas. Com os capítulos estruturados sobre concepções e referências teóricas diversas, idéias, em alguns casos conflitantes, se amalgamam em torno de abordagens generalizantes e se organizam no plano das iniciativas práticas e tem a criança por objeto.

O conteúdo da tese revela uma perspectiva de normalização articulada em diferentes dispositivos educativos, centrados no meio, no corpo e no comportamento, a exemplo de tópicos específicos como: “constituições psicopáticas”, “importância da fadiga” e “educação sexual” (LIMA, 1927, p. 37; p. 60; p. 115). A normalização corresponde o processo de construção da infância como referencial das práticas de investigação e intervenção sobre a criança nos diversos níveis, estabelecidos como objetos específicos de uma “ideologia científica” (CANGUILHEM, 1980) que se caracteriza por conjuntos de operadores constituídos pelos saberes médicos, a partir da distinção entre normal e patológica.

A proposta educacional da tese, de articulação da Higiene Mental como um saber pedagógico necessário a boa formação da criança, situa na ordem dos dispositivos higienicoculturais, isto é, da produção das práticas, dos saberes e das estratégias, os operadores de modelagem da criança. Feixes que tem por espaço a constituição da subjetividade, a partir dos “regimes de verdade” e as “tecnologias de si” (FOUCAULT, 1994a, 1994b) que se interconectam na estrutura dos capítulos, respectivamente no quadro de produção dos saberes sobre a infância, na construção de um regime específico de verdade e na mediação deste na conformação do si mesmo através dos mecanismos pedagógicos (LARROSA, 1994).

A escola, como espaço institucional de formação e correção dos hábitos, delimita o espaço de produção de conhecimento e experimentação da criança como objeto da aparelhagem

pedagógica. Esta compreende a organização de todo um dispositivo de normalização que pode ser assinalado nas críticas do autor em relação aos prédios escolares e ao mobiliário:

Os prédios escolares não são, em geral, construídos para esse fim, sob planta e orientação adequada [...] São velhos casarões adaptados, mal repartidos, sem condições apropriadas de iluminação e arejamento, pessimamente orientados, sem áreas para recreio, em meio a mais indesejável vizinhança [...] Senão isto são bancos-carteiras em desacordo com a estatura dos alunos, raramente individuais, obrigando a posições viciosas, cujo prejuízo não se faz esperar convertido em desvio da coluna vertebral (LIMA, 1927, p. 133-134).

As críticas se estendem até mesmo ao “objetivo da escola”, o qual para o autor “é imprescindível deslocar o eixo do ensino dos programas para colocá-lo no aluno” (LIMA, 1927, p. 135) ao considerar a educação uma adaptação progressiva dos dispositivos as formas de subjetivação da infância. De tal modo que o processo pedagógico-educacional, centrado nas diferentes fases da infância, é concebido a partir da sobreposição da evolução dos processos mentais, inerentes a determinadas ações e desejos, com o estudo e a aplicação dos métodos, formas e procedimentos de ensino. O que deixa claro a configuração do dispositivo de normalização na defesa de uma “escola única”, onde “o ‘ser imaturo’, ela lhe deve a mais solicita assistência, vigiando meticulosamente sua evolução, lenta e gradual, para a maturidade, de modo a assegurar ao ritmo do desenvolvimento as mais sólidas garantias de normalidade” (LIMA, 1927, p. 141).

O dispositivo de normalização se apresenta delimitado no quadro das relações da Psicologia com a Educação, mediado pela Higiene Mental, na medida em que “a educação é uma aplicação prática da Higiene e profilaxia mental como esta o é da psicologia experimental” (LIMA, 1927, p. 172). A Higiene Mental circunscrita, por sua vez, ao seu campo de atuação, pressupõe a mediação do aparato escolar e de técnicas individualizantes como o psicodiagnóstico, na determinação do caráter normal e anormal da criança nas diferentes fases da sua vida; ou a pedotécnica enquanto harmonização do método e da didática de ensino com a natureza psicológica do escolar. Assim, a normalização corresponde um conjunto de dispositivos pedagógicos, que compreendem tanto formas de saberes, instrumentos de produção do conhecimento como a “carteira biográfica escolar”, quanto a instituição do “*laboratório escolar*, encerrando o material indispensável às pesquisas de psicologia experimental e a aplicação dos testes” (LIMA, 1927, p. 176).

A função de “correção e formação dos hábitos numa idade que bem aproveitada, pode restringir as conseqüências do desaproveitamento da fase mais própria e útil”, superpõe ao papel da escola primária a construção do perfil do educando, enquanto condição necessária de uma importante síntese da “apreciação geral da atividade física e das possibilidades de comportamento psicológico do examinado” (LIMA, 1927, p. 58; p. 158). Registrados através da “ficha física” e do “perfil psicológico” os elementos de constituição do perfil da criança pela Higiene Mental são detalhados pelo maquinário escolar, ano após ano, durante toda vida da criança.

De outro modo, a tese também apresenta um novo eixo de normalização da infância quando, no funcionamento dos dispositivos pedagógicos, aponta para os regimes de verdade que operam a produção das práticas e dos saberes acerca da infância através de modelos de referência de todo processo educativo. A distinção, por negação, entre o normal e o patológico corresponde à definição de um modelo higiênico capaz de estabelecer padrões científicos para a formação escolar. E esta, por sua vez, constitui uma dinâmica que se operacionaliza em torno do corpo e

do comportamento da criança, e a partir de um regime de verdade se estabelece tanto no nível biológico quanto mental.

A articulação do quadro de saberes na concepção higiênico-mental de educação revela o regime de verdade que atua no corpo e na subjetividade da criança, a partir dos critérios de definição e classificação de um modelo de estabelecido infância saudável estabelecido em torno da distinção entre normal e patológico. Ilustra o autor:

A higiene mental tem como fulcro a Psicologia, como ciência do funcionamento normal do espírito, ligada embora a outras ciências como a Psiquiatria, a Moral, a Lógica, a Antropologia, a Sociologia e a Pedagogia, ciência da educação, que nos importa em particular (LIMA, 1927, p. 8).

O regime de verdade se faz presente nas práticas pedagógicas de normalização do corpo e da subjetividade infantil na tipificação psicológica da criança “em quatro chaves: normais, supranormais, subnormais e anormais”; na classificação do nível de inteligência “dada no limite da idade mental” (LIMA, 1927, p. 28-29); e na concepção das constituições psicopáticas “não como estados, mas simples hábitos, cuja origem é favorecida por várias condições, evoluindo com o indivíduo” (LIMA, 1927, p. 42-43). Assim, seus elementos delimitam os campos de atuação da Higiene Mental, a exemplo daquilo que se apresenta como a dimensão fisiológica e moral no tópico específico da “Educação sexual” (LIMA, 1927, p. 60-61) ou como o determinante fisiológico da aptidão profissional no tópico “Seleção das aptidões” (LIMA, 1927, p. 102-103).

Assim, a Higiene Mental incorpora no seu regime de verdade sobre a infância uma tecnologia do eu, expressa pela dimensão de conformação do si mesmo no indivíduo. Estando o mesmo situado sob a perspectiva da unidade entre o corpo e a subjetividade da criança, no quadro da constituição do sujeito e da sua mediação pelo dispositivo pedagógico, que tem no hábito o objeto de normalização do eu. Destacando na escola a dimensão da formação de hábitos sadios cuja “radicação deles depende da intensidade de sua reprodução, quer se considerem os de natureza muscular como andar, correr, tocar um instrumento, quer os de origem no pensamento e na vontade” (LIMA, 1927, p. 56).

A relação da formação do hábito com a vida mental do indivíduo, enquanto “uma série continua de reações excitantes vindos do ambiente ou de si próprio, ao lado de um acervo de instintos” de caráter hereditário, associa-se a dimensão de uma “segunda natureza” na profilaxia dos hábitos que “crescendo com o indivíduo, atinjam as raias das psicoses constitucionais” (LIMA, 1927, p. 56; p. 42). Com isto, a escola se define como um espaço normalizador, em específico a escola primária, onde

o menino se encontra numa tal disposição de espírito, em presença do ambiente novo e disciplinado e da autoridade estranha do mestre que como renova a plasticidade do seu eu, já personalizado no lar, propiciando ensejo a uma reforma global e salutar dos seus hábitos e das suas tendências (LIMA, 1927, p. 58).

O papel do educador em “corrigir uma natureza hereditária, má, criando o hábito uma segunda natureza, boa”, desloca as “regras do hábito” destinadas aos adultos para a função da “polícia de si mesmo”, essencial a boa formação da criança enquanto “um programa admirável a

seguir nas escolas cuja eficiência não suscita a menor dúvida”. Com isto, fica clara a relação de conformidade entre a geração do hábito e a vontade na formação da criança, na medida em que “a vontade a condiciona e o hábito reforça a vontade” (LIMA, 1927, p. 59).

De outro modo, o quadro das tecnologias do eu presente nas práticas pedagógicas, assinala uma sobreposição dos planos social, moral e mental como um dispositivo de normalização próprio da Higiene Mental. Situado no plano da educação da vontade, o processo normalizador do indivíduo se dá simultâneo a constituição do sujeito. Lima subscreve uma passagem de Claparède (1911, p. 38): “a criança não deve trabalhar, se bem conduzida, para obedecer a outrem, mas porque essa maneira de agir seja sentida por ela como um desejo”. O que, em suas palavras, assume a seguinte formulação:

a noção nítida do bem e do mal, o ato de praticar o bem sem visar senão visar à recompensa da tranqüilidade de consciência, que só o cumprimento do dever pode proporcionar, redundando no melhor ajustamento do indivíduo ao meio social e do educando ao ambiente escolar, cujo corolário inevitável será a *saúde mental* (LIMA, 1927, p. 60).

A educação caracteriza através dos dispositivos de normalização, o processo de assujeitamento do corpo e do comportamento infantil como “a organização de um sistema de *reflexos condicionados*”, na medida em que “a adaptação a uma nova situação significa a associação de estímulo e inibição, consistindo o progresso do indivíduo na inibição ou na dissociação de reflexos tornados inúteis” (LIMA, 1927, p. 16). A conduta da criança é uma consequência da relação de adaptação ao meio, dependente dos predicados biológicos inatos e da sua atividade funcional. E estes últimos correspondem tanto a “causas que antecedem o nascimento”, quanto ao poder criador e diretor das “faculdades mais elevadas, mais complexas do organismo que são as faculdades mentais” (LIMA, 1927, p. 12).

Assim, a normalização da infância pela Higiene Mental expressa o modo particular que o dispositivo pedagógico opera do hábito à prática, a partir de um regime de verdade, o qual confere as habilidades, ao pensar, ao sentir e ao querer da criança todo um espectro de relações emotivas e sociais que compõem um “conceito básico da vida”, compreendendo “as atitudes mentais ante o problema da vida comum, o conhecimento de si mesmo e suas infinitas derivações no domínio do temperamento” (LIMA, 1927, p. 12-13).

5 A DIMENSÃO BIOPOLÍTICA

Uma síntese preliminar da relação entre Higiene Mental e Educação na década de 1920 no Brasil expõe a perspectiva histórica de normalização da infância materializada na literatura específica da época. As matrizes do pensamento médico – a Medicina Social e a Psiquiatria – deslocadas para o plano de uma “ideologia científica” (CANGUILHEM, 1980) constituem um regime de verdade e consagram ao saber pedagógico sua prática de classificação da infância e construção do corpo e do espírito da criança, em paralelo aos dispositivos do modelo educacional e da prática pedagógica, compreendendo a aplicação dos princípios higiênico-mentais e da técnica da profilaxia.

Partindo da distinção médica-biológica entre normal e patológico, a Higiene Mental estabelece um modelo de educação da criança que se configura enquanto um dispositivo de normalização social. Ela constitui uma prática de saber que perpassa o conhecimento da vida

biológica e o comportamento da criança, mediando o seu processo de individuação, através de um regime de verdade sobre a infância, tanto naquilo que concerne a si mesmo, quanto a sua formação no espaço escolar como sujeito, trabalhador e cidadão.

A normalização da infância no início do século XX configura o enraizamento da biopolítica na gestão da vida tanto no nível biológico da saúde do corpo individual e das populações, quanto no nível psíquico-moral da construção da subjetividade, através da produção de dispositivos de verdade nos modos de subjetivação das crianças. No nível biológico, dos fatores da saúde do corpo, o individual reporta o seu significado às implicações com o coletivo, através das concepções de salubridade do indivíduo e contaminação do meio; noções indissociáveis uma da outra na compreensão do biológico como elemento de composição do corpo social. Do mesmo modo, no nível da saúde psíquico-moral, o individual se reduz ao coletivo no âmbito da construção da subjetividade, da distinção entre o normal e o patológico da conduta pelo padrão das instituições sociais, ou ainda, de um regime de verdade que se confunde com o modelo e o funcionamento da sociedade. Assim, a superposição da ordem social com o modelo de normalidade médico-biológico delimita a dimensão biopolítica da proposta da Higiene Mental na Educação, situada na esfera da normalização da criança como aquela mesma da formação pedagógica no seu nível mais básico, isto é, da vida colocada sob um modelo de aferição da normalidade e prevenção da patologia do corpo e da alma infantil.

A dimensão biopolítica, expressa na relação entre o individual e o social, através da perspectiva da população infantil como alvo privilegiado, se faz visível e se materializa como modelo das práticas institucionais, em específico, dos dispositivos escolares de análise e diagnóstico de crianças destituídas de singularidade, postas sob uma ótica científico-educacional. A gestão da vida como objeto biopolítico corresponde uma concepção universal da infância que delinea em torno de si a subsunção dos aspectos singulares da criança a uma idéia universal de infância, eixo de sustentação da proposta pedagógica da Higiene Mental.

A gestão biopolítica da vida reúne sob o vértice biológico, a concepção da infância como uma fase de desenvolvimento físico-intelectual da espécie, com as características próprias a cada criança relacionadas a um conjunto a priori de regulações e necessidades. Do mesmo modo, sob o vértice da população encontra-se associada à figura biológica da criança a função social da infância na formação e bom funcionamento da sociedade, tal qual um organismo vivo. E sob o vértice da subjetivação, se entrelaçam os componentes bio-sociais da cognição e do comportamento singular da criança com o processo de normalização do sujeito educacional, através dos regimes de verdade ou da produção de conhecimento sobre a criança e dos modos de reconhecimento de si mesma.

Em síntese, a dimensão biopolítica da proposta pedagógica da Higiene Mental se estrutura a sombra do ideal educacional da formação física, intelectual e moral, a partir de uma delimitação universal da natureza da criança por uma ótica patologizante dos dispositivos de exame e diagnóstico, de prevenção e intervenção dos fatores físicos e mentais nos aspectos cognitivos e comportamentais. Assim, a formação infantil cabe um modelo médico-educacional de associação da evolução biológica da espécie com a produção do corpo e da subjetividade, a qual marca a dupla perspectiva da criança como indivíduo e futuro cidadão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro, 1855.

ANDRADE JUNIOR, B. **Higiene dos colégios**. Tese a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70, 1980.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância**. São Paulo: Cortez, 1997.

CLAPAREDE, E. **Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale**. Genève: Librairie Kündig, 1911.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

ESQUIROL, J. E. D. **Des maladies mentales considere sous les rapports médical, hygiénique et médico-legal**. Paris: [s.n.] 1838.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Dits et écrits, v. III**. Paris: Gallimard, 1994a.

_____. **Dits et écrits, v. IV**. Paris: Gallimard, 1994b.

GÓIS JR, E. Movimento Higienista na “História da Vida Privada no Brasil”: do homogêneo ao heterogêneo. In: **Conscientiae Saúde**. São Paulo, v.1, p.47-52, 2002.

GONDRA, J. **Artes de civilizar. medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

_____. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 26, n. 1, p. 99-117. Janeiro 2000.

HERBAT, J. F. **Pedagogia general derivada del fin de la educación**. Madrid: La lectura, s.d.

HERCHMANN, M.; KROPF, S.; NUNES, C. **Missionários do progresso**. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec, 2006.

JAMES, W. **Principios de la Psicología**. Mexico: Fondo de Cultura, 1994.

KUHLMANN JR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, L. A. S. **Higiene mental e educação**. 1927. 86f. Tese (Doutorado em Higiene) - Faculdade de Medicina, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1927.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES, D. Z. A Modernidade Pedagógica no Discurso Médico do Século XIX. In: **Anais III Congresso de História da Educação**. Curitiba: PUCPR, nov. 2004.

MORÃO, S. P. Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes, circa 1677. In: **Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1954.

NARODOWSKI, M. **Infância e poder**: conformação da Pedagogia Moderna. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

REIS, J. R. F. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p.135-157, mar-jun. 2000.

ROCHA, H. H. P. Educação Escolar e Higienização da Infância. In: **Cadernos Cedes**. Campinas, v.23, n. 59, p.39-56, abr. 2003.

_____. Escolarização, Higienização e Modernidade. In: **Anais III Congresso de História da Educação**. Curitiba: PUCPR, nov. 2004.

ROCHA, H. H. P.; GONDRA, J. A escola e a produção de sujeitos higienizados. In: **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n.2, p.453-512, jul./dez., 2002.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A. (org.). **A história da vida privada no Brasil, v.3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO RIO DE JANEIRO. Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre as causas de infecção da atmosfera da Corte. In: **Semanário de saúde pública**. Rio de Janeiro: [s.n.] 1831.

UJIE, N. T.; PIETROBON, S. R. G. O movimento a favor da infância no Brasil. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, Ano 21, nº 28, p.289-302, 2008.

WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. A. (org.). **A história da vida privada no Brasil, v.3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Artigo recebido em 15/fev./2011. Aceito para publicação em 18/abr./2011. Publicado em 23/jun./2011.

Como citar o artigo:

MENEZES, Antonio Basilio Novaes Thomaz de. Higiene mental, educação e ordem social: a normalização da criança e a dimensão biopolítica. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 10., jun./2011. p. 3-17. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: **DIA mês ANO.**

Revista indexada em:

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) -

<http://www.crefal.edu.mx>

DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>

GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

IRENIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>

LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

Editora: Prof^a. Dra. Valdecí dos Santos (<http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>)